



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 19/02/2013

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e treze das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, em segunda convocação, iniciou-se a reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pauta proposta: **1) Aprovação do Regimento Interno da Comissão Executiva – 20 minutos; 2) Apresentação do Projeto Observatório Urbano 2013 – 30 minutos de apresentação e até 05 inscrições para esclarecimentos. 3) Escolha de representante para Fórum da Metropolitana I – 15 minutos; 4) Comissões do Conselho Municipal de Saúde – 30 minutos; 5) Informes.** **Sr. David Salvador**, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde, deu início à reunião às 14 horas e 30 minutos, em segunda convocação, quando foi atingido o quórum exigido por lei e pelo Regimento Interno do Conselho Municipal. Antes de dar início a composição da Mesa coordenadora dos trabalhos, anunciou que foi eleita a Comissão Executiva que já tomou posse no mesmo dia da eleição e que tem a seguinte composição: **Sr. Ludugério Antônio da Silva**, que foi também reeleito para substituto do Presidente deste Conselho, **Sr. Gilberto Souto da Silva**, **Sra. Maria de Fátima Gustavo Lopes** e o **Sr. Geraldo Batista de Oliveira**, eleitos como representantes dos Usuários. Pelos Profissionais de Saúde foram eleitos o **Sr. Francisco Cláudio de Souza Melo** e o **Sr. José Antônio Alexandre Romano**. Foram convidados para compor a Mesa os membros da Comissão Executiva a **Sra. Maria de Fátima Gustavo Lopes**, **Sr. José Liporage**, suplente do **Sr. Francisco Cláudio de Souza Melo** e o **Sr. Rogério Marques Gonçalves**, que avisou estar a caminho e que será substituído por mim, David Salvador enquanto não chega e o substituto do Presidente do Conselho **Sr. Ludugério Antônio da Silva**. Prosseguindo o **Sr. David Salvador** esclareceu ao Pleno para que a reunião tenha legalidade fazendo referência a Presidência do Conselho que pertence a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil. Disse que como todos sabem o Dr. Hans Fernando Rocha Dohmann foi exonerado, a pedido, com a publicação ontem, no Diário Oficial mas que houve um erro de publicação e, hoje, será feita nova publicação renomeando o Secretário. Esclareceu ainda se por ventura houver dúvidas, está presente a **Dra. Anamaria Schneider** que é a substituta do Secretário. Desfeita a dúvida, passou a direção dos trabalhos ao Presidente do Conselho, substituto direto do Dr. Hans, o Sr. Ludugério Antônio da Silva. **Sr. Ludugério Silva** informou que iria iniciar a reunião quebrando o protocolo já que havia um aniversariante do mês que é o Sr. David Salvador e o cumprimentou parabenizando-o pelo dia. Prosseguindo disse que a pauta era pequena e pediu a todos que trabalhassem a fim de cumprir o horário estipulado pela mesma. Indagou se todos receberam a ata de novembro de 2012 e seguiu lendo os pontos da pauta. Item 1) aprovação do Regimento Interno da Comissão Executiva. **Sr. David Salvador** explicou que gostaria de solicitar ao Colegiado sem ferir o Regimento, a inclusão de dois itens nesta pauta. Um por erro da Secretaria da Executiva que não incluiu na pauta pedida pela Subcomissão de DSTS/AIDS que gostaria de discutir a transformação da Subcomissão de DST/AIDS em Comissão DST/AIDS, independente da Comissão de Saúde. Esta pauta foi solicitada no dia 31 de janeiro e de acordo com o nosso Regimento Interno em seu artigo 22, a Comissão Executiva deveria apreciar já que não é um assunto que a Comissão não pudesse enviar e encaminhar a reunião. Só que não foi feito por erro da Secretaria

Executiva. Disse que estava assumindo publicamente o erro e pediu que fosse incluído este ponto de pauta. O outro ponto de pauta é sobre o processo que foi pedido no dia da reunião da Comissão Executiva. Este pedido foi feito pelo Conselho Distrital de Saúde da AP 1 através da Sra. Miriam Andrade para que fosse incluído o **processo nº 09/6500217/11** que trata de cobrança de nutrição parental no Hospital Maternidade Fernando Magalhães e, que não foi pedida a tempo para entrar na pauta, mas que a Comissão Executiva já analisou e pediu sua inclusão neste momento. **Sr. Ludugério Silva** perguntou ao pleno se poderia aprovar a pauta com essas inclusões solicitadas após o item 4 com o item dos informes ficando por último como estabelece o Regimento ou se haveria alguma objeção. Colocada em votação a **pauta foi aprovada com modificação pela maioria simples**. **Sr. Ludugério Silva** passou a palavra ao Sr. David Salvador para esclarecimentos e aprovação do Regimento Interno. **Sr. David Salvador** disse que primeiramente precisava esclarecer o motivo de colocar o Regimento Interno para ser aprovado neste Colegiado. Por conta das Comissões que não precisam apresentar, a Comissão Executiva acabava indo nesta mesma ideia de não apresentação do seu Regimento. Disse que era preciso ter cuidado com essa questão legal já que a Lei nº 5.104/2009, diz no artigo 22, inciso 3 que o Regimento Interno da Comissão Executiva precisa ser aprovado no Colegiado. A Comissão Executiva se reuniu e elaborou uma proposta de Regimento sucinto que é de funcionamento mesmo. A Comissão Executiva precisa respeitar a Lei em primeiro lugar e em segundo lugar o Regimento Interno do Conselho. Informou que não ia constar repetidamente no Regimento da Comissão Executiva o que já consta nos documentos que ele segue. Iniciou então a leitura do Regimento Interno mas antes pediu que quem tivesse alguma pergunta anotasse para ser esclarecido no final. Prosseguiu informando que o Sr. Adelson pediu que fosse complementado no Capítulo II as sugestões que encaminhou por escrito e que são os incisos IX e X do artigo 2º: IX – receber e encaminhar as solicitações dos Conselhos Distritais de Saúde e dos Conselheiros Titulares referentes às solicitações de informações e medidas adotadas pela SMSDC; X – diligenciar junto a SMSDC que as informações solicitadas sejam fornecidas **Sra. Tânia Makluf** disse estar preocupada em saber se as decisões *ad referendum* seriam colocadas para deliberação no Colegiado. **Sr. David Salvador** disse que o Regimento prevê isso em seu artigo 2º, inciso VI. **Sr. Milton Lima** disse que realmente está escrito na lei e que foi feita para ser assim. Que essa pauta chega para nós na antevéspera da reunião, sendo que a parte relevante no dia seguinte da pauta não é levada em consideração ficando o Conselho e a pauta sempre na mão do Secretário, o que interessar a ele entra na pauta, o que não interessar não entra. **Sr. David Salvador** disse que a pauta é encaminhada por e-mail e dado um tempo para que se houver algum questionamento de algum ponto seja feita uma reunião de emergência da Comissão Executiva. O que ocorre é que a maioria da Comissão Executiva não é de representação do Secretário, a maioria é de profissionais de saúde e usuários. Disse que o Sr. Milton Lima está fazendo uma acusação aos colegas. **Sr. Milton Lima** disse que todos entenderam o que ele falou. Argumentou que a parte mais relevante acontece no dia seguinte da reunião da Comissão Executiva e que deveria ser enquadrada. Disse que no dia 16 de janeiro mandou uma pauta por e-mail e até hoje não foi discutida no Colegiado. Disse ainda que lembrava que “Napoleão” quando não queria resolver as coisas colocava na gaveta e depois de 3 ou 4 meses quando ia ver o cidadão já havia morrido e que não interessava mais ter discussão. **Sr. David Salvador** prosseguiu perguntando ao pleno se mais alguém queria propor inclusão ou retirada de algum ponto. **Sra. Miriam Andrade** indagou sobre a necessidade de incluir os Conselheiros das Comissões para que pudessem encaminhar as pautas. **Sr. David Salvador** disse que os Conselheiros das Comissões estavam incluídos dentro do âmbito geral de Conselheiros e pediu que o Presidente da Mesa encaminhasse para a votação com as alterações propostas pelo Sr. Adelson. **Sr. Ludugério Silva** perguntou se todos estavam esclarecidos para votar a aprovação do Regimento Interno da Comissão Executiva com a inclusão das propostas do Sr. Adelson. Indagou quem é a favor levantem os crachás, os contrários e as abstenções. **O Regimento Interno foi aprovado com as alterações pela maioria simples**. Prosseguindo o **Sr. David Salvador** fez a leitura da versão final do Regimento aprovado: “**Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro - Regimento Interno da Comissão Executiva – mandato janeiro a dezembro de 2013 - do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. CAPÍTULO I, Das Disposições**

Preliminares, Art. 1º - O presente Regimento Interno tem a função de regulamentar o método, a forma e todos os procedimentos necessários para o funcionamento da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – CMS, conforme as determinações do art. 22, III, da Lei nº 5.104/2009 e art. 27 do Regimento Interno – RI, do CMS. **CAPÍTULO II, Dos Objetivos e Competências. Art. 2º** - Compete à Comissão Executiva: I- elaborar e aprovar, em reunião do Colegiado do CMS, este Regimento; II- quando designados, representar o CMS; III- coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado do CMS; IV- encaminhar para a Secretaria Executiva do CMS e acompanhar a execução das deliberações do Colegiado do CMS; V- tomar decisões, *ad referendum*, em casos de premente necessidade, diante da impossibilidade de reunir, de forma imediata, o quorum necessário para a decisão dos membros do Colegiado do CMS; VI- submeter as decisões *ad referendum* da Comissão Executiva ao Colegiado para deliberação; VII- responsabilizar-se pela análise e encaminhamento dos documentos dirigidos ao CMS; VIII- propor a pauta para as reuniões do Colegiado do CMS; **IX – receber e encaminhar as solicitações dos Conselhos Distritais de Saúde e dos Conselheiros Titulares referentes às solicitações de informações e medidas adotadas pela SMSDC; X – diligenciar junto a SMSDC que as informações solicitadas sejam fornecidas.**

CAPÍTULO III, do Funcionamento. Art. 3º - As reuniões ordinárias da Comissão Executiva serão realizadas nas primeiras e terceiras terças-feiras de cada mês. **Art. 4º** - As reuniões extraordinárias da Comissão Executiva serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do CMS, pela Secretaria Executiva do CMS ou pela maioria simples dos membros da Comissão. **Art. 5º** - As reuniões funcionarão na sala de reunião do CMS, rua Afonso Cavalcanti, 455, Bloco I - sala 816 – Cidade Nova - Rio de Janeiro ou em outro local devidamente apropriado, divulgado anteriormente pela Secretaria Executiva do CMS. **Parágrafo Único** - Somente será permitido acesso ao recinto de reunião aos Conselheiros titulares da Comissão Executiva ou seus suplentes, na ausência daqueles, da Secretaria Executiva e convidados cuja presença seja fundamental para o desenvolvimento de qualquer dos pontos previstos na pauta. **Art. 6º** - As reuniões terão início, em primeira convocação, às 14 horas, com todos os membros da Comissão Executiva presentes ou 15 minutos posteriores com 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) ou às 14h30m com qualquer número dos membros presentes. **Parágrafo Único** – Caso seja necessária a alteração de horário para realização das reuniões, o novo horário pré-estabelecido obedecerá o mesmo critério de quorum, previsto no *caput*, para o seu início. **Art. 7º** - As reuniões previstas neste capítulo terão como tempo máximo de duração 4 (quatro) horas. **Parágrafo Único** – Somente será possível ultrapassar o tempo previsto no *caput*, caso seja vontade da maioria dos membros da Comissão Executiva. **CAPÍTULO IV - Das Decisões. Art. 8º** – As decisões da Comissão Executiva serão tomadas, sempre que possível, por consenso. **§1º**. Não havendo possibilidade do consenso previsto no *caput*, cada membro terá direito a um único voto. **§2º**. Ocorrendo o previsto no parágrafo anterior, caberá ao presidente da Comissão Executiva, além do seu voto, o voto qualidade, caso ocorra empate na votação. **CAPÍTULO V - Da Coordenação das Reuniões do Colegiado. Art. 9º** – Cada segmento, através dos seus representantes na Comissão Executiva, indicará seu representante, respeitada a paridade prevista no § 4º, do art. 1º, da Lei nº 8.142/1990, para auxiliar a presidência do CMS na coordenação dos trabalhos nas reuniões do Colegiado do CMS. **Parágrafo Único** – Os usuários indicarão para a coordenação prevista no *caput* 2 (dois) membros da Comissão Executiva. **CAPÍTULO VI - Das Disposições Finais. Art. 10** - Caberá à Comissão Executiva decidir sobre as questões omissas que venham ocorrer, dentro de suas limitações e respaldada na legislação vigente. **Art. 11** – Este Regimento Interno passa a vigorar, a partir da data de sua homologação, em reunião plenária do Colegiado do Conselho Municipal de Saúde ocorrida no dia

19/02/2013. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2013. **Comissão Executiva, Colegiado do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.**” **Sr. Ludugério Silva** dando sequência a reunião seguiu para o item **2) Apresentação do Projeto Observatório Urbano 2013**, convidando o Sr. Márcio Villar para apresentar o item. **Sr. Márcio Villar** iniciou sua fala dizendo que é militante do Grupo Pela Vidda há 18 anos. Disse que este Grupo é a primeira organização da sociedade civil formada por pessoas vivendo com HIV/AIDS, criada em 1989 pelo escritor Hebert Daniel que faleceu em 1992. o Grupo Pela Vidda inspirou diversas instituições pelo Brasil de pessoas vivendo com HIV/AIDS. O HIV/AIDS ainda se constitui num problema muito sério de saúde pública não só no Brasil como em todo mundo. E o maior problema que envolve a epidemia do HIV/AIDS é a exclusão social, a violação de direitos. E isso é oriundo de diversos fatores: sociedade que muitas vezes desconhece o direito e suas políticas públicas, e também por um sistema de saúde que não acolhe e não assiste numa perspectiva integral. De muitas pessoas ainda que se referem a assistência do HIV/AIDS somente pelo fator da AIDS e esquece de todas as necessidades e outras carências. Disse enquanto espera a chegada da advogada Dra. Fátima quem organiza o setor jurídico que irá passar a palavra para o outro colega que é o Sr. Renato que dará um pequeno informe sobre a construção do documento sobre o que é essa violação de Direitos nesse universo de HIV/AIDS no Brasil. Disse ainda que o Sr. Renato é o representante brasileiro no espaço federal numa discussão que vem sendo feita pelo Ministro da Assistência Social por uma série de descumprimento de direitos e violação social que ainda ocorre no Brasil, país esse que tem a legislação mais bem elaborada e trabalhada para portadores de HIV/AIDS, ou seja, o ponto de conquistas legais que já existem mas que na prática ainda resta muito o que se fazer na justiça de entrar com processos e coisas que não queremos. **Sr. Renato da Matta**, iniciou sua fala informando que é membro da Secretaria Executiva do Fórum HIV/AIDS do município do Rio de Janeiro e que está a algum tempo acompanhando as discussões em todas as esferas municipais, estaduais e federais. O que ocorre é que hoje em dia pensa-se que a pessoa portadora do HIV necessita apenas tomar os remédios do coquetel e que tudo ficará bem. Até as esferas federais tinham esse pensamento, inclusive o INSS. Em uma conversa com o Ministro da Saúde, foi colocado que o HIV é uma doença extremamente degenerativa e que foi exposto em uma Conferência Internacional em Washington, em julho do ano passado. A outra questão é que as pessoas que tem HIV/AIDS simplesmente morrem sem haver explicação. Nesse processo degenerativo, temos pessoas com 40 anos com Mal de Alzheimer e por aí vai. O Ministério da Previdência Social ouviu e viu que era necessário mudar as diretrizes de perícias médicas e a construção dessas novas diretrizes que estão sendo colocadas nesse Fórum. A questão é que a medição das células de imunidade de uma pessoa, sua carga viral hoje em dia, só é passível para saber se o tratamento está dando certo, se a pessoa está bem ou não. E o consenso da questão assintomática, pelo Ministério da Saúde não irá mais existir esse termo, a pessoa está doente. A AIDS causa infecção, uma inflamação crônica 24 horas por dia no Sistema Nervoso Central. E o organismo briga como o vírus de forma contínua, causando um envelhecimento precoce, a pessoa em sua idade cronológica de 30 anos sua idade biológica é de 10 a 15 anos a mais. Uma questão muito séria este Projeto tornou possível esse consenso. **Sr. Márcio Villar** disse que a outra questão que vem ocorrendo e tem a publicação de um trabalho recente da Universidade de Brasília é a criminalização pela infecção do HIV. É um tema que já foi reportagem do Fantástico e vários espaços da mídia e, preocupa bastante porque isso generalizado pode trazer problemas para a grande maioria das pessoas que são portadoras do vírus. A questão é que no dia a dia, a Dra. Fátima pode passar rapidamente para os senhores sobre a assessoria do grupo o que é essa questão da assistência. Todos os dias são encaminhados problemas, relatos de dificuldade de iniciar tratamento com pessoas esperando mais de 6 meses para a sua primeira consulta, inclusive no Rio de Janeiro. Disse que o Grupo vivencia esse tipo de relato. Da mesma forma que hoje se tem o problema sério sobre o quadro de médicos especialistas, neste caso os infectologistas que tratam essas doenças. E que hoje mesmo querendo colocar dentro do trabalho, existe uma dificuldade muito grande de trazer esses médicos para virem trabalhar na rede. O Projeto vai incluir o município do Rio de Janeiro e todos os municípios da Baixada Fluminense e quatro município do entorno da Metropolitana I, Magé, Paracambi, Seropédica e Itaguaí. Todos esses municípios vão estar envolvidos no processo de

conversa e discussão na ótica de AIDS e Direitos Humanos. O Conselho Municipal terá uma importância muito grande porque o município do Rio de Janeiro é o maior município do Estado com cerca de 6 milhões de habitantes, onde concentramos 60% de pessoas em tratamento de AIDS no Estado, em torno de 40 mil pessoas em tratamento neste município, tendo praticamente quase todo mundo que tem HIV e está em tratamento sediado no município do Rio de Janeiro. Quando se fala em paciente em tratamento é que o acompanhamento dele é no município do Rio de Janeiro independente de sua residência. No passado era bem mais frequente o município receber muita gente de várias partes do Estado, hoje como em toda parte do Estado podemos dizer que existem programas de AIDS. O público deste Projeto são os Conselheiros de Saúde, lideranças, pessoas do movimento que atuam na sociedade civil porque temos que entender que este Projeto tem o objetivo de sensibilizar pessoas que não estão nesse movimento sobre a AIDS. Essas pessoas podem contribuir na discussão deste Projeto e os profissionais e gestores, principalmente que atuam nos Programas de AIDS. Não estamos falando do Secretário de Saúde mas de pessoas que estão na rotina dos programas de AIDS. O Projeto irá buscar participação e parceria com a Atenção Primária em especial com a Saúde da Família já que alguns municípios já tem o Programa de AIDS muito próximos ou dentro da Atenção Básica. O processo de trabalho irá ser enviado um convite para o Conselho Municipal de Saúde explicando as vagas para facilitadores do processo, pessoas indicadas pelo Conselho que irão participar de uma capacitação junto com outras pessoas de outros municípios. Esse trabalho tem parceria com outros Estados como Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo porque o Movimento de AIDS no Brasil está sempre em rede com todas as suas interfaces. A Bahia foi o primeiro Estado a formar os educadores jurídicos, ou seja, pessoas dentro de territórios de ponta para fazer esse trabalho de observatório. Esses facilitadores vão participar dessas doze Oficinas que irá acontecer um Seminário de Apresentação do Projeto em uma parceria do Governo do Estado com a Coordenação de DST e AIDS no início de abril e até lá teremos um quadro de facilitadores mobilizados e antenados com a ideia do Projeto. O Conselho Municipal do Rio na verdade é o Conselho principal neste Projeto, primeiro porque não sabemos se vamos chegar nos outros Conselhos porque alguns lugares sabemos como isso funciona, tendo dificuldades para mobilizar os demais Conselhos. E o Rio são várias cidades. Sabemos que a realidade da epidemia de AIDS no município do Rio é bastante diversa com as experiências de enfrentamento. Os grupos de enfrentamento que estão no percurso de movimento da AIDS tem muito a nos ensinar. Metade dessas doze oficinas será no município do Rio. **Sr. Marcio Villar** informou que não poderá contemplar cada AP com uma oficina mas espera ver todas as AP's no número de Oficinas destinadas para o Rio de Janeiro. O objetivo deste Projeto como um todo é definir um instrumento de observatório como se fosse uma ouvidoria para entender o que acontece de violação de direitos neste município e região Metropolitana. As vezes, essa violação se mostra sutil e em outras vezes aparece de forma escancarada. Hoje em dia no Grupo Pela Vida, chegam casos para formar processo da demissão pela sorologia e existe uma legislação que ninguém pode ser testado compulsoriamente e ninguém pode ser demitido pelo caso de ser portador do HIV. Inclusive na área pública acontecem ainda casos desta natureza como por exemplo no Nordeste onde foi feito um concurso e que no edital pedia que todos fossem testados antes de passar a seleção final e isso é um descumprimento da lei. O maior descumprimento está dentro das Forças Armadas que em todo alistamento militar testa os jovens que estão passando no processo de alistamento de forma escancarada e não há questionamento. O que se precisa é fazer valer a lei que não permite o teste de forma compulsória. Disse estar apenas apresentando o que pode ser discutido neste Projeto e o observatório vai ter que adotar o instrumento que seja interessante para o município e o Estado e acredita que o Conselho Municipal pode ter dados para através de uma Comissão sobre o tema, entender porque está ocorrendo essa situação em cada lugar. Concluiu sua fala reiterando o convite com a torcida para a formação de um bom grupo de facilitadores para trazer questões e trabalharmos juntos no Projeto. O Seminário será no início de abril e iremos mandar em seguida. Caso o Conselho acredite que o Projeto tenha eco e receptividade neste espaço será firmada uma parceria com este Conselho, tal qual foi formada com o Conselho Estadual que irá ajudar no acesso a esses 14 municípios. A apresentação seria da Dra. Fátima e da Dra. Mara. Colocou-se a disposição para responder

as perguntas. **Sr. César Soares**, representante do grupo Unidos de Proteção aos Portadores de Hepatite C, iniciou sua fala dando bom tarde a todos falando sobre o último ponto que seria em relação às Forças Armadas que legalmente está errado mas na prática que como ex-militar acredita estar correto. Exemplificou que no momento estaria gripado e que não gostaria de transmitir essa gripe para ninguém. Explicou que o índice de acidentes em todos os setores das Forças Armadas é muito grande, o militar normalmente está um pouco machucado. Uma pessoa com HIV com algum ferimento que demore para ser atendida, pode desencadear uma disseminação com muita rapidez. Acredito que está tentando inovar e trazendo para todos, principalmente para os portadores. E não disseminar mais como consta na política de redução de danos como qualquer tipo de doença. Sei que a Constituição é clara e não obriga isso. A Segunda questão é sobre o entendimento que as marcações serão feitas por aqui. Até agora se consegue atestar através dos CTAS (Centro de Sociedades Anônimas) do município, DST/AIDS conseguiram realizar uma união para fazer os testes de AIDS junto com o teste da Hepatite C. Perguntou se continuaria sendo assim. Por último falou sobre a continuação do preconceito tanto com os pacientes com AIDS, Hepatite C e tantas outras doenças. O Rio de Janeiro atualmente já está passando por uma pandemia de Tuberculose, sendo três vezes mais numerosa que na Europa e não está sendo feito nada para mudar esta realidade. **Sr. Márcio Villar** disse que gostaria de passar a palavra para a Dra. Fátima porque é a coordenadora do Projeto e coordenadora da assessoria jurídica do Grupo Pela Vidda. **Dra. Fátima** assumiu a palavra dizendo que iniciou sua carreira no Grupo Pela Vidda, que trabalhou em São Paulo na ONG mais antiga de DST/AIDS e que está de novo no Grupo Pela Vidda por três anos. Agradeceu a apresentação e disse que no Grupo Pela Vidda estão lutando para rearrumar os movimentos das mídias sociais. Porque sempre se acredita que a AIDS não está mais em foco, que não está sofrendo mais preconceito e não é isso que vemos na realidade. Temos atendimento toda quarta-feira no Grupo Pela Vidda e sempre há muita demanda de atendimento, e se não atentarmos deixaremos de dar conta de milhões de outras questões para dar conta apenas do judiciário. Há um entendimento geral de quem trabalha com os direitos humanos em conjunto com a OAB, Ministério Público e Defensoria de tentar evitar a discriminação em todo processo, já que a saúde é um direito de todos como foi colocado pela Constituição todos somos iguais perante a lei. Trabalhar no Conselho Municipal é estar atento a todas as patologias, cuidando de todas as doenças e da saúde do Estado. É extremamente importante dividir com o Conselho parte de nossas dificuldades e do que se tem como proposta neste projeto novo. **Sr. Marcio Villar** disse que com relação ao Projeto não irá ser mudado nada nos procedimentos que já existem, pois existem protocolos que o Ministério da Saúde através do Departamento Nacional de HIV/AIDS, hepatites virais preconizam. Existe um grupo chamado Consenso Terapêutico que trabalha em cima da perspectiva de assistência e tratamento terapêutico. Falou que a questão citada sobre as Forças Armadas é um exemplo mas que as Forças Armadas tem embasamento em outras questões da lei para proceder assim e já havia esses procedimentos em relação a sífilis e outras DST's. Disse o que falou sobre a violação é porque a lei é soberana, a lei não pode ser para uns e não para outros. Porque uma Secretaria de Segurança Pública abre um edital e vai testar o HIV para seleção do emprego? Isso soa estranho já que a lei preconiza que ninguém pode ser testado compulsoriamente. O Projeto vai discutir e pensar sobre isso, mas o projeto vai usar parâmetros para o observatório receber demandas sobre isso. Recebemos pessoas vindas do ambiente militar que foram retiradas não durante o período de alistamento mas por ter descoberto o HIV dentro do militarismo e ter sido reformado compulsoriamente. A questão da testagem e dos procedimentos como foi citada a questão da Hepatite C, existem algumas campanhas e modelos, o município vem insistindo na testagem de HIV e sífilis. Disse não ter informação de como a Hepatite C vem sendo tratada com a questão do HIV. Mas que a pessoa que está gerenciando o Programa da AIDS no município, tem muito conhecimento na área de hepatites virais já que gerenciou a área de hepatite. Acredita que por isso haverá uma maior aproximação entre o tratamento dessas patologias. Falou também a questão da discriminação, que não precisava ser abordado aqui porque ainda constitui um dos problemas sérios de violação através de constrangimento do padrão que não respeita e segue as normas. Disse acreditar que nas discussões dos grupos que serão guiados irá aparecer essa questão. **Dra. Fátima** disse que essa é uma demanda

das próprias ONG's que trabalham com esta questão de direitos humanos. E mesmo com a contratação de um advogado particular para acompanhar um caso de demissão por discriminação, o fato é levado a justiça e costumamos ganhar a ação. **Sr. Barreto** iniciou sua fala colocando que teve sífilis e foi recusado pelo Exército que era o seu sonho já que com 18 anos era um dos destaques do boxe no Rio de Janeiro e a entrada nas Forças Armadas iria melhorar seu rendimento no esporte. Disse que sua vida poderia ter sido de um esportista já que o esporte o retirou das ruas mas no entanto a recusa do Exército o impediu de ser apoiado pelo seu país. Disse que sua pergunta era se é possível uma pessoa que se apresentou, passou por todo o teste, toda a avaliação, ter uma agulha colocada em seu braço e lhe é dito que ele não pode entrar. Perguntou então o que deve ser feito. **Sr. Romano** iniciou sua fala dando boa tarde a todos dizendo que na verdade queria levantar três questões. Disse que a questão da AIDS perdeu o espaço político por todos acharem que começando o tratamento tudo estaria certo, e na rede sabemos que isso não é verdade e por isso, quando foi colocada a questão da justiça, que gostaria de saber como está a questão da medicação na rede municipal quanto ao acesso? Como é o primeiro atendimento já que está na linha de frente que é a Atenção Básica e não consegue ver um bom atendimento para o paciente que procura simplesmente fazer o teste de HIV e que não é a maravilha de atendimento pregado na Secretaria. A outra questão é ver se há um atrito de saúde e não há atendimento médico nos hospitais, um problema que vai afetar também os pacientes com HIV. Quanto ao problema dos infectologistas disse não ver o município tentando contratar infectologista já que o último concurso tem 2 anos, com poucas vagas e como trabalha com programa de residência médica e os infectologistas continuam sendo formado. Disse que as áreas de formação no Rio de Janeiro diminuíram porque praticamente fecharam o Hospital São Sebastião, fecharam vagas no município e a residência acabou pela ineficiência do serviço público hospitalar. Então fica claro que o Rio de Janeiro enfrenta problemas por esses fatores. Mas há formação de médicos infectologistas e no Centro Municipal de Saúde no qual trabalha temos 3 infectologistas. Concretamente o município não tem feito concurso público para infectologista. O último concurso aconteceu há dois anos e apenas 500 médicos entraram, ficam pouco tempo por conta do baixo salário e a posição política hoje é contratação apenas na Atenção Básica que é onde temos as Organizações Sociais (OS's), que então contrata-se medicina de família e a questão da especialidade fica sem profissional. Quando surge a questão do neurocirurgião parece que por conta da especialidade não conseguimos esse médico mas não o simples infectologista faz muita falta e a parte especializada em medicina está em falta porque o município tomou essa decisão política. Essa política visa atender somente a Atenção Básica e jogar para o Ministério de Saúde a área especializada que o Ministério também não vem cobrindo e ficamos nessa situação. O Governo Municipal, Estadual e Federal fizeram um acordo, não claro para os cidadãos, que o município tem que atender as emergências, a parte básica da saúde da família e as clínicas especializadas e demais centros de saúde não recebem médico nenhuma há muitos anos. Falou que não sabe como o paciente de HIV está sendo atendido no município do Rio de Janeiro, inclusive para se fazer a testagem que não é tão simples já que os centros de testagem anônimas, pelo que conhece não existem mais, dizendo que se ainda existem gostaria de saber para informar a sociedade que não sabe onde encontrar. A questão é o que está perdendo o terreno da AIDS junto aos jovens porque perdeu-se a questão da educação sexual que estava sendo feita, perdeu a questão de mostrar que o tratamento é duro, difícil e demorado. Para exemplificar o que estava sendo investido no posto onde trabalho, a matéria do Fantástico no nosso município em São Cristóvão que faz a análise do material biológico, e entende que de uma certa forma, sem acompanhamento psicológico. É uma imposição ao trabalhador que sofreu acidente no trabalho biológico fazer esse teste após um acidente, sem acompanhamento. É mandado para o médico do trabalho terceirizado sem pensar no trabalhador. A empresa não pode ter dois eventos de acidentes de trabalho biológicos por semana, o trabalhador chega assustado sem ter nenhuma assistência. A visita que foi feita e mostrada no Fantástico pela Vigilância Sanitária Municipal e Estadual não passa de fogo amigo, disse querer saber do inimigo que está presente do nosso lado e não está sendo feito nada. Que no seu entender isso está dentro da questão dos direitos humanos. As pessoas não estão tendo acompanhamento e nem sabem muito bem onde procurar atendimento. Para finalizar,

perguntou qual é a avaliação de como o paciente que não é hospitalar está sendo assistido na rede básica da saúde como HIV/AIDS? Conselheiro disse que em sua opinião a informação é o grande desafio hoje, visto isso, queria fazer algumas perguntas. A informação é um grande desafio não só para a AIDS mas sim para todos os tipos de doenças. Na questão jurídica as pessoas tem que saber onde procurar, pode existir o apoio do Grupo pela Vidda, mas existem vários outros tipos de necessidade jurídica que o Pela Vidda não vai conseguir ajudar. No dia a dia é muito comum numa unidade de saúde, independente da esfera, ouvirmos que não existe o medicamento e esse medicamento não é responsabilidade nossa. A sociedade não conhece a Comissão de Padronização e Protocolo de Medicamentos, sendo muito fácil para uma unidade dizer que não tem o medicamento e que esse medicamento é responsabilidade de outra esfera. É preciso ter nas três esferas a informação de cada medicamento e a responsabilidade do serviço escrito e divulgado no mínimo na internet. A outra questão é por quanto tempo eu poderia esperar por um atendimento, a Defesa do Consumidor diz que no Estado do Rio de Janeiro podemos esperar 15 minutos para ser atendido nos Bancos. Os médicos marcam horário, mas quanto é o tempo que esse profissional pode demorar para me atender. Outra coisa é que estamos falando de direito, no Brasil é muito comum participarmos de uma pesquisa clínica e depois ter que se virar para conseguir um medicamento que a indústria farmacêutica deveria disponibilizar para o resto da vida. Disse ainda que os profissionais de saúde dizem que é preciso cuidar mas não há informação para os usuários sobre os aparelhos de barbear e o que é visto o tempo inteiro. Tive um exemplo em que uma aluna que era portadora do HIV que estava se depilando e no momento que se virou, o filho de 3 anos pegou o barbeador e se machucou, então não sabia como proceder para onde levar a criança, que medicamentos usaria. As grandes dificuldades que precisam avançar é no campo da informação sobre todos os tipos de direito. O foco é esse. **Sr. Márcio Villar** disse que queria parabenizar a fala sobre informação inclusive pelo preconceito ser oriundo, muitas vezes, da ausência de informação. A questão do contágio que é uma preocupação, em uma pesquisa para uma revista médica no ano passado foi mostrado que o cidadão soropositivo com carga de infectados tem menos chance de contaminar uma outra pessoa que esteja do lado dele, mesmo que seja através do sangue do que um cidadão soropositivo que não saiba do seu estado sorológico. Talvez por isso na Prefeitura está sendo feita a maior e melhor campanha de testagem que facilita a prevenção. No dia 1º de dezembro foram feitas três campanhas de prevenção de HIV e Sífilis chamando a população para se testar e conhecer os serviços de testagem em HIV e sífilis. Teve também a Campanha contra o Câncer no Colo do Útero e informou que é o mais moderno sistema de prevenção e de cidadania já que a saúde é um direito de todos nós. Durante a campanha descobriu que tinha várias vacinas que deveria ter tomado e não tomou e então completou a carteira de vacinação. A Prefeitura do Rio pode ter caixa para comprar e outros municípios não conseguir caixa para manter o estoque de medicamentos. Sempre irá ter coisas a fazer, mas o mais importante é o princípio da dignidade da pessoa humana, e para isso nem precisaria ter lei. Algumas leis não precisariam existir se as pessoas usassem o bom senso,. Não é preciso avisar que tem que respeitar o outro da forma que gostaria de ser respeitado mas infelizmente precisamos ter leis e sanções para o descumprimento dessas leis. A informação é mesmo fundamental, quanto mais informação melhor trabalharemos contra a discriminação. Assim como o senhor disse no Conselho, uma deputada estadual na tribuna disse que gostaria de demitir seu funcionário já que ele era homossexual e estaria atrapalhando a formação de seu filho. E a pessoa não percebe que a lei trabalhista a muito tempo proíbe essa prática. **Sr. Barreto** disse que a dúvida era sobre como ficaria a ficha de alistamento militar dele se hoje em dia já era uma pessoa bem de saúde, ainda ficaria como uma pessoa doente. **Sr. Márcio Villar** respondeu a plenária que o objetivo da apresentação era socializar o Projeto, as contribuições, reflexões e questões que vão ser mote do que o Projeto vai desenvolver nesses 15 municípios. Parece que a realidade no município do Rio de Janeiro é a realidade mais crítica e disse poder afirmar que isso não é real. O que se recebe de denúncias de violação de direitos em municípios pequenos da região metropolitana é gritante. No município do Rio temos muitos problemas, todos que foram elencados e colocados são de fato elementos importantes para compor as discussões. O Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro deu grande ajuda a este movimento ao criar uma Subcomissão de trabalhos

com este tema. No Estado temos uma Comissão Estadual que não dá conta dessas discussões, principalmente as locais. A questão da assistência não é de agora mas de muito tempo. O que está sendo discutido é este modelo de assistência de HIV/AIDS no Brasil. Foi divulgado pelo Conselho Federal de Medicina um estudo recente do presidente do Grupo Pela Vidda em São Paulo e faz parte do Conselho Regional de Medicina sobre a demografia médica que denuncia uma série de questões relacionadas a saúde pública no Brasil, atenção e assistência. Disse que gostaria de chamar atenção na fala do Sr. Romano que já conhecia de outros ambientes como o Sindicato dos Médicos e que esteve presente junto a vários eventos de HIV/AIDS. Disse que achava o que precisava hoje era ter um banco, um referencial no Estado do Rio de Janeiro. Era preciso ter informações como quantos médicos atendem no município do Rio para as questões de HIV/AIDS seja infectologista ou outros especialistas, até porque no começo eram tratados pelos reumatologistas. Hoje parece que apenas o infectologista pode tratar. Explicou que numa primeira consulta um bom clínico médico poderia dar conta neste atendimento inicial. Na questão de primeira consulta é algo que realmente nos deixa preocupados porque o gestor público do município colocou mais uma vez na mídia que a questão do HIV/AIDS não tinha esse problema no Rio de Janeiro. E continuamos a receber reclamações sobre isso e temos então que entender se isso é real ou não, e precisa ser de fato apurado. Disse ainda que pode afirmar que pela simples e rápida participação que tivemos nessa reunião e pelo que causou de interesses, questionamentos e discussões, poderemos construir um Projeto interessante para conversar e pensar nos instrumentos. Falou que esperava de fato que o Conselho Municipal se transformasse em parceiro deste Projeto e as vagas para facilitadores e Oficinas consigam de fato ter grupos participando porque hoje a saúde pública do Brasil é uma discussão para além da epidemia de AIDS, muito mais abrangente é o movimento que tem contra o SUS, dizendo que este não é o modelo ideal que não irá dar certo. Ouvimos sempre a afirmação que o problema e a culpa é sempre do SUS, que no início da AIDS não tinha esse problema. Tem que problematizar a temática desta corrente contra o sistema. Sobre o Projeto, a Dra. Fátima vai falar melhor sobre essas questões mas que as questões não precisam ser resolvidas hoje mas sim gerar reflexões. Ao longo do Projeto tentaremos dizer quais os caminhos que terão de ser percorridos. **Sr. Márcio Villar** prosseguiu informando que ao contrário a justiça, afirmando que seria complicado se tudo relativo a saúde no país precisasse ser via judiciário. Acredita que tem situações que dependem da via judiciária, mas se diz de um tempo em que o Grupo Pela Vidda continha com 5 mil ações para gerenciar. Hoje em dia, o Grupo Pela Vidda tem cerca de 50 processos sendo movidos e já tem muita coisa que complica a resolução destes casos. Agradeceu a participação e o interesse do Conselho, em especial ao Sr. Carlos Tufvesson dentro da Comissão para agregar os de fora, trazendo as contribuições para crescer no processo de trabalho. Não se debela nada se não houver flexibilidade. **Sr. Renato** assumiu a palavra dizendo que para reforçar já que é soropositivo há 12 anos, o preconceito existe em todas as instâncias. Disse que teve seus direitos violados dentro do Hospital Salgado Filho quando ficou internado e que foi colocada uma faixa enorme com a inscrição paciente com HIV. O preconceito é muito forte, costuma dizer que é mais fácil desintegrar um átomo do que o preconceito. **Dra. Fátima** assumiu a palavra dizendo que o Sr. Renato citou uma coisa muito importante e que trabalha com AIDS há 20 anos, e que desde 1996 trabalha como advogada e depois de quase três anos afastada do Rio ainda é comum escutar na minha Pós-graduação os colegas dizerem se era verdade que eu possuía HIV. Outro dia teve que dizer claramente que era LGBT e tinha o HIV há muito tempo e que trabalha com AIDS e discriminação do LGBT. Trabalhamos para que o preconceito não exista, mas ele existe e no futuro irão inventar outro tipo. O que importa é aprender a tratar igual as pessoas desiguais na medida de suas desigualdades. Concordou com uma fala anterior que dizia como seria perfeito que não existissem leis e decretos específicos, nem para HIV, negros, mulheres, delegacia para infância e mulheres, deveria ser assim já que a Constituição diz que somos todos iguais perante a lei. Mas enquanto continuarmos vivendo nesta sociedade desigual teremos que ter decretos municipais, portarias, decretos estaduais e aos poucos vai se aprendendo a lidar com isso. Pediu desculpas pelo atraso mas que ficou muito feliz depois de três anos reencontrar esse entendimento que na verdade não é só na Comissão de DST/AIDS mas sim que este Conselho junto irá pensar em questões importantes inclusive para criar o

observatório que só vai funcionar se observarmos de onde as questões estão. Podemos assim dividir conhecimento, todos irão aprender e que não se tem resposta pronta para nada, enquanto tiver paixão para fazer com coragem e respeito seu trabalho continuará no Grupo Pela Vidda e onde mais precisar para trabalhar contra o preconceito finalizando sua fala. **Sr. Márcio Villar** disse que voltando aos questionamentos do Sr. Romano que aqui não era o momento de responder a tudo mas entre os questionamentos teve uma provocação e como participante da Subcomissão acredita que essa provocação é pertinente. Hoje precisa se fazer uma reflexão, uma avaliação de como é a assistência, o programa de AIDS no município do Rio e como a Subcomissão que é do Conselho podemos tentar entender a que ponto estamos através do trabalho desta Subcomissão. Os dados a nível Brasil não estão nada bem, apesar do Ministério mascarar, justificar e colocar uma série de coisas já que retroagiu e existe um documento na internet que os senhores podem acessar para ter melhor entendimento. Este blog foi construído por vários setores da sociedade que fizeram esse documento que tira o dono e foi resultante da última Conferência em Washington, onde nosso coordenador nacional Grego colocou para a imprensa que ele dorme muito bem porque a AIDS está sendo conduzida e trabalhada. Houve então uma reação nacional. **Sr. Ludugério Silva** disse que a questão é muito pertinente, tanto que levantou muitos interesses e reflexões. e que gostaria de ficar falando sobre isso por toda a tarde mas que havia uma pauta a cumprir. Agradeceu a todos pela apresentação. Disse que em nome do Conselho se colocava de braços abertos para ajudar na construção do Projeto e que o Projeto estava disponível no Conselho para quem desejar conhecer, ler. Prosseguiu a reunião para o **item 3) Escolha de representante para Fórum da Metropolitana I**. Informou o pleno que o representante titular era o Sr. Alessandro Motta e o Sr. Roque Pereira o suplente. Disse que o Sr. Alessandro Motta fez um ofício para o Conselho Municipal e que passou para a plenária devido a motivos pessoais pediu para se substituído neste espaço. Tivemos a apresentação de um voluntário o Sr. Adelton, e perguntou se alguém mais gostaria de se candidatar para representar o Conselho no Fórum da Metropolitana I. Neste momento, houve uma divergência em entender se o Sr. Roque Pereira pediu para continuar como suplente ou ser colocado como titular nessa representação. Conselheiro disse com todo respeito ao Sr. Roque Pereira, ele deveria estar presente para se defender. **Sr. Gilberto Souto** pediu para falar já que o Sr. Roque Pereira ligou para o mesmo pedindo que defendesse sua indicação como titular alegando que se o Sr. Roque Pereira era suplente com a saída do titular, ele deveria passar naturalmente a titular, tendo então que ser escolhido um novo suplente. **Sr. David Salvador** fez um encaminhamento pelas duas questões apresentadas em que o Colegiado vai pensar se vai votar dois nomes um titular e um suplente, ou se vai entender que o suplente que existia ocupa automaticamente a titularidade e escolheremos um suplente. Disse que resolvida essa questão, não importando se o Sr. Roque Pereira esteja ou não presente já que temos um Conselheiro defendendo o nome dele e o que antecede é decidir qual o formato que será votado, se vamos escolher os dois ou se o suplente assume a titularidade e escolhemos o suplente. **Sr. Ludugério Silva** pediu que a plenária não se dispersasse e disse que a Sra. Fátima Lopes também queria fazer um encaminhamento. **Sra. Fátima Lopes** falou que não houve nenhuma discussão e que o suplente não se apresentou para o Conselho ou para a Comissão Executiva e a Plenária. O que se tem é um ofício encaminhado a Plenária do Sr. Alessandro Motta solicitando sua saída, então o que se deveria votar aqui é que se o Alessandro saiu devemos ocupar o lugar que ele tinha indagando se a Plenária estava de acordo. Disse que como estavam dizendo quando o titular sai a vaga é ocupada pelo suplente mas esse não estava presente para se defender. **Sr. Ludugério Silva** pediu que a Plenária se acalme para votar. A primeira proposta é se o suplente assume a vaga e perguntou se todos estavam convictos para votar. Quem vota a favor do suplente assumir a vaga do titular levantem os crachás com 6 votos a favor, 13 votos contrários para o suplente assumir a vaga do titular. Então seguiu para a outra votação e pediu-se que levantasse os crachás quem é a favor da substituição do Sr. Alessandro Motta pelo Sr. Adelton Gunzburger na vaga de titular e a permanência do Sr. Roque Pereira como suplente. **Pela maioria simples dos votos foi aprovada a substituição do Sr. Alessandro Motta pelo Sr. Adelton Gunzburger**. Prosseguindo **Sr. Ludugério Silva** deu sequência ao **item 4) Comissões do Conselho Municipal de Saúde**.

Foi chamada inicialmente a **Comissão de Saúde do Trabalhador**. **Sra. Miriam Andrade** disse que está fechada a Conferência da CIST para os dias 25 e 26 de abril e que haverá uma reunião com a Comissão Organizadora para esta Conferência e a data prevista para esta reunião é na segunda-feira faltando apenas confirmar com os demais membros. Disse ainda que está sendo visto o local de realização, os palestrantes e pediu que os Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde confirmem os nomes dos Conselheiros Distritais que irão fazer parte da CIST (Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador). Que seja enviado esses nomes para que possamos encaminhar essa relação ajustada para o Conselho Municipal para poder publicar no Diário Oficial já que a última foi feita em 2009 e contém pessoas que saíram do Conselho. Informou que em toda reunião vem pedindo isto. Respondendo a pergunta de Conselheiro disse que o representante deve ser um profissional de saúde voluntariado ou escolhido dentro do seu próprio Conselho Distrital para estar representando a Comissão de Saúde e, que precisa um titular e um suplente. O ofício quando enviado deverá constar em que reunião foi aprovada esses representantes.

Sr. David Salvador informou que iria começar a falar sobre a **Comissão de Saúde**, mas preferiu chamar o Sr. Milton Lima que é o presidente desta Comissão. **Sr. Milton Lima** iniciou sua fala dizendo que iria aproveitar esse ponto para ver a questão que foi pedida para ser incluída na pauta que é transformar a Subcomissão de DST/AIDS em uma Comissão independente porque os Conselheiros desta Subcomissão cresceram muito dentro da Comissão de Saúde e sentiram a necessidade de possuir uma Comissão independente. A Comissão de Saúde vai permanecer e a proposta é essa. Respondeu para um Conselheiro que reclamou que a Hepatite está dentro da Comissão de Saúde. O que está sendo posto é que a Subcomissão de DST/AIDS não está mais comportando dentro da Comissão de Saúde, necessitando ser uma Comissão independente. Pode ser que ao longo do tempo outras Subcomissões cresçam ao ponto de verem a necessidade de se tornarem independentes. Disse ainda que acreditava que deveria permanecer até para engrandecer a Comissão de Saúde mas foi convencido na reunião desta Subcomissão que estão realmente com a razão devido ao crescimento e ao trabalho bem feito, vindo acrescentar esse Conselho. **Sr. Milton Lima** disse ainda que convidou duas defensoras para compor a Comissão de Saúde já que os Conselheiros da Comissão não comparecem. São a Dra. Janine, do Hospital da Lagoa, que não concordou com a saída da Subcomissão. Acrescentou ainda que como a Subcomissão havia crescido muito, não entendia essa separação. Havia um problema, pois a Comissão precisava ter um membro da Comissão de Saúde do Conselho Municipal e este Conselheiro é o Sr. Carlos. O que precisa ser pensado é se esse Conselheiro sair, essa Comissão não teria representante do Conselho. Pediu que os Conselheiros aprovassem e participem das decisões para que a Subcomissão de DST/AIDS se torne uma Comissão de DST/AIDS, desligada da Comissão de Saúde. A Comissão de Saúde irá se reunir na próxima quinta-feira, criticando o não comparecimento dos membros faltosos. **Sr. Marinaldo** pediu esclarecimento, pois disse parecer que a Comissão de Saúde é a mais ampla do Conselho de forma a possuir muitas Subcomissões, argumentou que como chegou há pouco tempo no Conselho, gostaria de saber quais são as Subcomissões dentro da Comissão de Saúde. **Sr. Ludugério Silva** informou que não há nenhuma Subcomissão mais, salientando que a Subcomissão de DST/AIDS era a única existente. **Sr. Milton Lima** disse que a Comissão de Saúde é bastante ampla realmente por envolver todo o universo da saúde. Disse ainda que não conseguem realizar as reuniões não tendo muito que acrescentar e mesmo assim, pretende fazer uma Subcomissão de Diabetes tentando fazer com que a Comissão ande para frente. Criticou que existem Conselheiros que brigam para fazer parte do Conselho mas não comparecem aos compromissos que o cargo exige, criando desculpas para as ausências. **Sr. Ludugério Silva** indaga se a Plenária se sente esclarecida para votar. Com a resposta positiva, deu-se início a votação. Quem vota a favor do desmembramento da Subcomissão DST/AIDS da Comissão de Saúde? Quem vota contra e as abstenções. **Por maioria simples dos votos foi aprovada a criação da Comissão DST/AIDS**. Dando prosseguimento foi chamada a **Comissão de Educação Permanente**. Foi dada a palavra a **Sra. Ângela de Lamare** que iniciou sua fala dizendo que a Comissão vem se reunindo a fim de tentar elaborar para o final de março e abril cursos e oficinas. Que está sendo feito um estudo para ser enviado ao Conselho Municipal e aos Conselhos Distritais sobre a construção de algumas oficinas. As

reuniões continuam ocorrendo nas primeiras segundas-feiras de cada mês às 14 horas. **Comissão Especial para Acompanhamento de Eventos de Massa, Comissão de Gênero, Raças e Etnia e Comissão de Orçamento e Financiamento**, sem informes. **Comissão de Saúde Mental**. Foi dada a palavra ao **Sr. Adelson Gunzburger**, presidente da Comissão, informando que no momento está sendo apenas feito um estudo para ver como irão entrar nos problemas de Saúde Mental do município. A comissão precisa ter uma agenda de trabalho que precisa estar em cima do que foi prometido, do que está sendo feito, do que já foi feito. A Comissão está procurando aderir novos Conselheiros, já foi incluído o Conselheiro Marinaldo e na próxima reunião já será apresentada uma pré-agenda de trabalho. **Sr. Ludugério Silva** informou que no início da reunião foi incluído o processo nº 09/6500217/2011, Hospital Maternidade Fernando Magalhães, este processo já passou pela Comissão Executiva e pelo Conselho da área que aprovaram, precisando apenas ser referendado por este Conselho. Quem aprova levantem os crachás, quem é contra e as abstenções, **aprovado por maioria simples o processo 09/6500217/2011**. Seguiu para o último ponto da pauta. **5) Informes. Sra. Miriam Andrade** disse que primeiro falaria sobre o SATEMRJ (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro), que a posse política irá acontecer no dia 15 de março, quando deveria ocorrer em fevereiro, mas por conta do Carnaval, foi adiado. O local ainda está sendo escolhido mas será no Centro para que todos tenham acesso, no horário de 18 às 22 horas. Outro ponto é sobre a luta pela Maternidade da Praça XV, com diversas instituições, pois estivemos em algumas reuniões com cerca de 200 funcionários presentes. Sobre a Maternidade, peço que a Sra. Maria Alice preste atenção no que irá dizer já que está no nível da Secretaria. Como sindicalistas lutamos em defesa da nossa categoria, que no caso é o Auxiliar e Técnico de Enfermagem mas que existem outros sindicatos de outras categorias lutando por seus interesses. Mas gostaria de falar sobre os servidores que estão trabalhando naquela Maternidade, dizer que no Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0 tem um acordo escrito na ata onde o Secretário de Saúde da época não deixou claro que os funcionários da Maternidade da Praça XV seriam enxotados para a Maternidade Fernando Magalhães. Estes seriam colocados em uma Maternidade nova que hoje infelizmente é chamada de Maternidade Maria Amélia, administrada por uma Organização Social – O.S. Em nenhum momento foi dito isso em uma reunião do Conselho que é o controle social. Está escrito em ata que ao término da obra seriam transferidos. Vimos no decorrer do assunto que isso não ocorreu. A Maternidade Maria Amélia está sendo administrada por uma O.S, e inclusive pediu para fazer um encaminhamento para que os conselheiros municipais e mais um dois membros do Conselho Distrital fizessem uma visita a Maternidade Maria Amélia, buscando não só verificar a quantidade de funcionários que lá estão mas também buscando documentos sobre o nível de atendimento. A outra questão é que os servidores da Maternidade da Praça XV estão angustiados por terem sido tirados na época de Carnaval, época que nada funcionava, nem o jurídico. Até o Ministério Público pediu a suspensão. Que foi feito de propósito e um propósito muito mal elaborado. Os funcionários foram pegos de surpresa. **Sra. Miriam Andrade** disse que era preciso dar o mínimo de condições para esses servidores que tem a obrigação de estar cumprindo sua carga horária que vão para a Maternidade Fernando Magalhães e não podem dar plantão já que a Maternidade não tem capacidade de alocar todos os funcionários que foram enviados para lá. Não há espaço para atuar, não tem espaço para descansar pela noite, nem ao menos para sentar no posto de enfermagem. Disse ainda estar muito triste e acha lastimável a Secretaria ter feito isso com os servidores e, muitos com mais de 20 anos dentro de uma unidade, que sua vida estava organizada para seu trabalho ali. Informou que queria que o Conselho assumisse essa responsabilidade e que estaria na reunião não como Conselheira mas sim como sindicato. Em nenhum momento viu um Conselheiro nesta problemática da Maternidade Praça XV para ouvir as reclamações dos servidores. Estou solicitando a presença dos senhores Conselheiros para buscar solucionar este problema. Não admito que os Conselheiros digam que não sabem o que está se passando já que a mídia está veiculando. Informo ainda que irá ocorrer um evento no dia 21/2/13 no hall das Barcas onde estarão presentes servidores, sindicalistas e pacientes reclamando como estão sendo tratados ao chegar à Maternidade. Que não estão sendo atendidos e apenas colocados em uma ambulância e sendo deslocados para outro local. Inclusive reclamam da falta de aviso e que somente são

avisados ao chegar à Maternidade ao procurar atendimento. Aproveito para saber da Dra. Anamaria Schneider que houve um comentário e que no futuro gostaria que tivesse uma pauta sobre esse problema, que as ambulâncias que fazem a transferência das pacientes que chegam à Maternidade, que estão recebendo por transferência. A paciente chega para ser atendida e não consegue atendimento quando então é transferida pela ambulância que recebe por essa produtividade virando então uma mercadoria. É um absurdo vermos a unidade toda sendo desmontada. Na UTI foi feita reforma e queria saber por que e para quê. Depois a Secretaria não entende porque o orçamento não é aprovado pelo Conselho. Pediu que os Conselheiros vestissem a camisa da luta da Maternidade da Praça XV. Disse que no domingo no programa do Fantástico receberam uma denúncia sobre a firma de esterilização e que os Conselheiros precisam buscar essa reportagem para analisar e darem um parecer para que possamos trazer para a plenária e fazer o nosso papel de fiscalização e atuação. Para finalizar o esse assunto triste, fiquei durante o ano de 2012 em não ter um encontro com o Dr. Hans e nada aconteceu. Houve um momento que o Dr. Hans entrou, falou e saiu mas não esteve presente nas reuniões. Conselheiros, vamos vestir a camisa. As OS's estão atropelando todo mundo, se estamos tendo compromisso com ela por ter um parente trabalhando, é melhor darmos acolhimento ao parente dentro de casa e combater as OS's. A situação está ficando feia. Foi dada a palavra ao **Sr. Milton Lima** dizendo que com relação ao que foi dito pela Conselheira Miriam Andrade sobre a ausência do Presidente no Conselho, que desde que foi eleito nunca compareceu como Presidente. Disse que pensou que hoje teríamos a Presidência assumindo mas a Secretária disse que continuaria Subsecretária. Seria uma glória já que pela primeira vez temos o Presidente assumindo esta Mesa. Com relação ao Secretário não é com relação a este Secretário seja ele quem for. Que o pessoal do Dr. Hans age de forma assustada para defender o Dr. Hans, que não fala pessoalmente do Dr. Hans mas sim da instituição que ele representa. Sobre uma reclamação anterior sua que a Comissão Executiva não estaria analisando os fatos que foi confirmada pela Conselheira já que hoje seria o dia para termos em pauta o caso da Maternidade da Praça XV, como é o atendimento no caso do Hospital Universitário Graffré Guinle que também deveria ter sido discutido. Ainda em relação a Maternidade da Praça XV, não sei se a família do Osvaldo Nazareth ficou satisfeita ou não de terem “chutado” o nome da Maternidade para o alto. Quanto Maria Amélia que ganhou essa homenagem, enquanto Osvaldo Nazareth fez muitos partos, a Maria Amélia fez nove partos: Chico Buarque e mais oito filhos, não entendendo o por que da escolha do nome dela. Disse que faz votos junto com a Conselheira Miriam Andrade que seja criado um ponto de pauta sobre a Maternidade Osvaldo Nazareth e sobre todos os aspectos. Que gostaria de participar da Comissão de fiscalização da Maternidade Maria Amélia. Disse ainda que quando foi construído o Hospital Souza Aguiar, o Secretário dizia que era para sediar lá a Maternidade da Praça XV, que logicamente seriam enviados os funcionários da Maternidade Osvaldo de Nazareth para o Hospital Souza Aguiar. Foi feito então uma manobra para não ocorrer isso devido a necessidade da Secretaria de terceirização atrapalhando tudo. Por isso, a Dona Maria Amélia não tem nada a ver com isso mas sim o Osvaldo Nazareth que “dançou” finalizando seu informe agradecendo. **Sr. Ludugério Silva** assumiu a palavra dizendo que não precisava disso já que a reunião estava tão calma e boa. Que o Sr. Milton Lima como outro Conselheiro e cidadão já participou por muitos anos da Comissão Executiva e sabe que se deseja um ponto para entrar na pauta é só encaminhar a Comissão Executiva. Foi dada a palavra ao **Sr. Gilberto** dizendo que os informes estão tomando parte de outros assuntos com pessoas enfocando situações que não estão sendo condizentes. Que na ata entregue do dia 13 de novembro o Secretário presidiu a Mesa, ficando o tempo todo na reunião. Estou criticando os Conselheiros que estão falando coisas que não tem importância e que precisam trazer coisas importantes nos informes. **Sra. Fátima Lopes** falou que o informe era sobre sua área mas que antes gostaria de dar uma “cutucada” para todas as AP's que precisam trabalhar para saber o que acontece na área. Disse que era um recado para as pessoas que pedem ajuda e que não se deve ir só ao gestor. O que está acontecendo na AP 3.1 é que a mídia explica que o transplante no Hospital de Bonsucesso acabou e isso não é verdade porque ainda temos as instalações e os pacientes na fila. O que houve é que a equipe de transplante não foi paga pelo tesouro do Hospital e nem pelo Ministério da Saúde. Esta equipe tem contratos avulsos e como esses contratos acabaram

com diversas instituições como Fiocruz, abriu-se um ponto no Hospital São Francisco de Paula. A equipe foi contratada por outras instituições. Portanto, os funcionários federais pegaram seus pertences pedindo licença sem vencimento e aderiram aonde o contrato foi colocado. Disse que está dando esse informe por estar baseada nas reuniões das mesas diretoras dos Recursos Humanos com todas as solicitações e que foi chamada por essa mesa diretora para que visse toda equipe que estava se exonerando. Soube que o Estado conseguiu uma nova instituição para contratar novos funcionários e logo que forem contratados voltará a funcionar o transplante no Hospital Federal de Bonsucesso. Informou também que o Hospital Paulino Werneck há muito se tem dito que está virando sucata. Que a parte predial por mais obra que se faça não pode ter uma estrutura com mais andares já que a sua fundação existe valas negras não podendo ter mais estrutura do que já tem. Prosseguiu informando que era um hospital que tinha maternidade, emergência e laboratório clínico e ambulatorios regulares. O que aconteceu foi que a vigilância Sanitária, o Ministério Público e outras vias de direito condenaram o prédio alegando precisar de obras imediatas. Como havia um hospital pronto com instalações, mobiliário e maquinário, a comunidade da Ilha do Governador e a AP 3.1 se reuniram na Prefeitura e comunicaram a comunidade do entorno e de toda AP 3.1 que fosse inaugurado imediatamente sem festas a emergência ao lado que foi construída. Então desde quinta-feira antes do Carnaval está funcionando o Hospital que será inaugurado dia 1º de março finalizando sua fala agradecendo. **Sr. David Salvador** informou que todos receberam na entrada um abaixo-assinado para ser passado e dar força nesta campanha do Conselho Nacional de Saúde para ver se é possível fazer com que o Orçamento da Saúde que vem do Ministério atinja a média de 10%. Disse que sabe das dificuldades já que exige dados do título de eleitor mas é importante que se faça um esforço para que possa chegar ao Congresso. Disse ainda que este documento foi enviado pelo Conselho Nacional e não foi criado por nós. Prosseguiu informando que está marcada a eleição do Conselho da AP 1.0 e, que é o último Conselho que precisa escolher sua Comissão. A inscrição está marcada para o dia 21 de fevereiro e a eleição será no dia 28 de fevereiro na Rua Evaristo da Veiga, 2º andar – sede do Conselho Distrital da AP 1.0. Para esclarecimento disse estar com a ata do dia 13 de novembro de 2012 que foi distribuída hoje. Que a reunião foi presidida pelo Dr. Hans, tendo ao longo da mesma a condução dele e o mesmo a encerrou dizendo estar satisfeito com a reunião e que seria contra o fechamento do Hospital de Bonsucesso. Ao ser indagado que o Presidente só veio nesta, o **Sr. David Salvador** discordou dizendo que ele esteve presente em todas as reuniões que tiveram prestação de contas. **Sr. David Salvador** disse ainda que do Sr. Milton Lima aceitava tal esquecimento mas não por conta da idade. **Sr. Romano** iniciou sua fala dando boa tarde e dizendo que não poderia acontecer no Conselho o preconceito contra os idosos. Disse que sabia que foi involuntário mas não poderia ocorrer. Pediu o informe sem saber se a Sra. Miriam Andrade iria colocar a questão da manifestação mas que não foi enfocada a manifestação de quinta-feira muito claramente. Disse que não foi possível enviar ao Conselho o seu pedido de pauta porque a Secretaria fechou a Maternidade da Praça XV um dia antes do Carnaval junto com o fechamento da emergência do Hospital Paulino Werneck. Prosseguindo disse que considerou os fatos um desrespeito seja com o Conselho Municipal de Saúde, seja com os funcionários em fazer disso a toque de caixa sem avisar; é falta de tato, na verdade falta de tudo. Que no seu entendimento o Secretário se exonerou ontem e se voltou

hoje é porque gosta de concurso público, pois foi correndo a Fiocruz e não parece que vai cumprir o estágio probatório. Se fosse um simples mortal deveria cumprir esse estágio por três anos e não poderia assumir a Secretaria mas como ele não é mortal e, gosta de concurso público, de salário fixo, de estabilidade e de aposentadoria na hora certa, de ter um lugar legal para trabalhar com excelentes condições de trabalho que é a Fiocruz que por sinal é um lugar maravilhoso para trabalhar com um salário maravilhoso. Mas este Secretário não fez concurso para esta Secretaria porque não acredita no concurso da Secretaria, isso tem que ser colocado claramente. Ele humilha os funcionários e tem que ser repudiado. O que peço a este Conselho é que se repudie o fechamento da Maternidade da Praça XV e do Hospital Paulino Werneck como se deu. Não se pode tolerar isso dentro do município do Rio de Janeiro. Nem na época da ditadura foi visto uma situação como esta. **Sr. Romano** prosseguiu informando que mandou para o Conselho que o Dr. Hans enviou

mensagem agradecendo os servidores pelo trabalho no Carnaval; estão tocando a música do mestre este é o Rio que vai pra frente. Enquanto isso, um monte de gente estava sendo torturada, porque tortura psicológica estava acontecendo contra os servidores. É uma tortura pegar o servidor e trocá-lo de lugar e o plantão dele no feriado de Carnaval? Isso é um absurdo que não pode ser tolerado pelo Sindicato dos Médicos e por nenhum Sindicato da Saúde e que irão denunciar ao Ministério Público esse problema. Não iremos tolerar que o município do Rio de Janeiro torture psicologicamente seus servidores. É um assédio, como foi feito no Hospital Barata Ribeiro que foi aberto um processo porque o pessoal fez um movimento, como foi feito no Hospital Souza Aguiar que abriu um processo porque o pessoal fez um movimento. Se é desse jeito que a Secretaria está tentando o diálogo com o servidor, não existe diálogo! Não iremos tolerar que um servidor que esteja há 20 e 30 anos trabalhando numa Maternidade e seja expulso com um papel para procurar um lugar que achar melhor. Outra coisa, como obstetra é um absurdo o que fizeram com a melhor Maternidade do Rio de Janeiro que era a Maternidade da Praça XV. Fecharam a Maternidade sem conversar com os servidores e a comunidade. A Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda é maravilhosa, tem uma O.S. mas queria saber qual o trabalho científico que foi feito por ela? Que tradição ela tem? Por que agora com menos de um ano esta Maternidade apareceu como o supra sumo da Saúde. A Maternidade Fernando Magalhães não conseguirá absorver o movimento da Maternidade da Praça XV. Por que isso não foi trazido para discussão no Conselho? Não trouxe porque seria rejeitado pelo Conselho mesmo tendo pessoas aqui dentro que são totalmente a favor do Secretário e que seria difícil até que essas pessoas defendessem o fechamento de um hospital. Uma coisa precisa ser discutida aqui: a Dra. Anamaria Schneider não precisava olhar assim, que houve um contrato de municipalização entre o município do Rio de Janeiro e o Ministério da Saúde. Este convênio após o levantamento do Sindicato dos Médicos, ontem, porque o Supremo teve um entendimento que foram municipalizadas as Maternidades. O Hospital da Piedade será fechado assim como fizeram com o Hospital de Jacarepaguá que garantiram que não seria fechado. Estão a todo momento fechando o serviço público no Rio de Janeiro e vamos entregando as unidades novas nas mãos das OS's porque a lei municipal é essa e não passa pelo controle do Conselho. **Sr. Romano** conclamou os Conselheiros que precisavam discutir a vinda do Ministério Público a este Conselho porque existem servidores federais e que existe um contrato de municipalização entre o município e o Ministério da Saúde. Agora os prefeitos recebem os equipamentos do Ministério, o terreno é do Ministério que foi cedido, mas pode-se imaginar que irá virar uma farra nas mãos dos prefeitos. Em Nova Iguaçu foi fechado o Hospital da Posse. Aqui no Rio fechamos aos poucos todas as maternidades que foram municipalizadas e todos os hospitais municipalizados. A onda da atual Secretaria é fechar. Se essa é a ordem, vamos colocar claramente que o Conselho não vai aceitar isso. Concluindo sua fala, disse que sua proposta é que na próxima plenária tenhamos a discussão da questão da Maternidade da Praça XV, inclusive com a discussão do contrato de municipalização porque este Conselho na hora de municipalizar a Maternidade da Praça XV teve que votar por esta municipalização. Disse ainda que não são palhaços que aprovaram a municipalização da Maternidade da Praça XV e agora é fechada apenas pela vontade da Secretaria que fechou também o Hospital Paulino Werneck sem consultar o Conselho e ainda o Hospital Lourenço Jorge. Temos que discutir a sucessão de fechamento de Maternidades e unidades hospitalares. O segundo ponto que não parece tão grave mas que na sua opinião é de uma gravidade muito grande é a terceirização desta firma. Foi lavado com água e sabão os instrumentos e entregues aos hospitais que continuaram a serem entregues os materiais mesmo após a prisão dos suspeitos. **Sr. Romano** prossegue perguntando quem será responsabilizado por esta tragédia? A Vigilância Sanitária Municipal precisa ser convocada por este Conselho para sabermos porque esteve lá. Se teve ordem do Secretário ou não? Se é "picuinha" entre as esferas de poder. Este é o outro ponto de pauta: saber da Vigilância Sanitária Municipal, Estadual e da Delegacia do Consumidor que sejam chamados para vir ao Conselho para prestarem esclarecimentos da visita feita naquela firma. Porque estiveram lá! Quem denunciou e como os fatos continuaram a ocorrer mesmo após a prisão dos cidadãos. Conselheiro parabenizou o Sr. Romano dizendo que sua atitude deveria ser também dos demais Conselheiros. Disse que exerce o papel de Conselheiro a pouco tempo e que ainda está

perdido. Se esta é uma atitude antiética e que achava que errou e precisava de uma ajuda para saber se errou mesmo. Pediu a Comissão Permanente de Educação se cabe interceder neste caso porque procurou a UPA do Souza Aguiar por ter sido mordido. Chegando lá funcionária com uma prancheta perguntou fez a mesma pergunta que a pouco foi feita a Mesa e, nesse tempo em que estava esperando, muitas pessoas fizeram de novo a pergunta e a médica o enviou para o Instituto Oswaldo Cruz. Lá durante a espera observou uma senhora grávida que também passou pela prancheta e na mesa perguntou onde poderia ser atendida porque ali não poderia pelo fato de morar em Santa Cruz. Como estava aqui na cidade e, por sentir-se mal foi procurar o atendimento. Perguntou onde poderia procurar atendimento e a atendente no hospital com o computador na mão disse que não sabia onde poderia ser atendida. Conselheiro disse que não pode uma pessoa perguntar em uma unidade de saúde questões sobre a saúde e ninguém conseguir informá-la. Disse que na hora interveio quando a funcionária disse que não sabia onde a paciente poderia procurar atendimento. Que naquele momento pensou em mostrar a carteira do Conselho Municipal mas ficou com medo de estar sendo antiético ou antiprofissional. Disse que sentiu raiva de ter educação e, porque estava com problema de saúde sério precisava de um atendimento, sendo então orientada a procurar outra unidade sem indicar esta unidade. Perguntou como deveria ter agido nesta situação, perguntou se deveria ter se apresentado como Conselheiro Municipal e pedido que a funcionária pesquisasse no computador a unidade que a paciente deveria procurar? Foi dada a palavra ao **Sr. Geraldo** dizendo que não seria um informe que em dezembro foi feito um refúgio ao Sr. Ludugério Silva e a ele e como não estava presente não pode responder, sobre a questão do veículo que é cedido ao Conselho. Disse que deixou para fazer essa fala neste momento para que a pessoa que reclamou ouvisse e que só queria lembrar que graças aos trabalhos do Sr. Ludugério Silva, da Sra. Fátima Lopes, do seu e tantos outros que construíram hoje não passamos mais por situações tão difíceis. É por isso que o Sr. Geraldo está aqui como Presidente do Conselho Distrital da AP 5.3. Disse que foi uma falta de respeito e que teve que parabenizar a Comissão Eleitoral, quando um companheiro que justamente criticou a ação do Sr. Ludugério Silva e seu dizendo que estava burlando o Regimento Eleitoral aprovado por este Conselho, no momento da inscrição para eleição do representante do segmento para a Comissão Executiva e que tentou fazer a inscrição do companheiro sem que ele estivesse presente ou avisado por e-mail. Sr. Geraldo prosseguiu falando são dois pesos e duas medidas já que se cobra uma atitude dos companheiros que deveriam também respeitar o que este Colegiado aprova. Tentar burlar o Regimento Eleitoral naquele momento era a tática muito usada porque aqui tudo era permitido mas graças a Lei nº 5104/2009 do Conselho Municipal de Saúde, isso chegou ao fim. Parabenizou a Comissão Eleitoral pela sua legitimidade e transparência repudiando imediatamente este ato. Que se tenha como resposta que pessoas sérias estão se propondo a fazer esse Conselho diferente. Foi dada a palavra ao **Sr. Mauro** que indagou ao Conselho sobre mais um caso de morador da Zona Oeste que foi picado por uma serpente, dizendo que o Secretário não estava presente mas a Dra. Anamaria Schneider poderia responder, se as Conferências são em vão já foi aprovado isso na Conferência de Campo Grande e na Conferência Municipal de não temos soro antiofídico na Zona Oeste. Tínhamos esse soro no Hospital Pedro II e agora temos que caminhar até ao Hospital Lourenço Jorge para ter o tratamento adequado para uma picada de cobra. É claro que o município do Rio tem suas sinuosidades porque a Zona Oeste possui mais de 2 milhões de habitantes cortados por dois maciços com uma grande quantidade de animais peçonhentos e agora um senhor em Bangu foi picado e passou um vexame no Hospital Albert Schweitzer que nem o médico e nem a enfermeira sabiam onde levar o paciente para se tratar. **Sr. Mauro** disse que foi preciso uma TV, uma mídia criticar para aparecer uma ambulância e fazer a remoção. Perguntou se o trabalho é em vão porque já foi aprovado e deliberado e até hoje não se tem o soro antiofídico. É ridículo que apenas três lugares no município tenha esse soro. Informou ainda que ligou para o Vital Brasil e foi informado que a produção estava em dia faltando apenas a Secretaria agir. O que está faltando para que esse soro volte para a Zona Oeste para que a nossa população não venha a morrer por picada de cobra em pleno século XXI? **Sr. Ludugério Silva** assumiu a palavra dizendo que foi pedido a inclusão de tema na próxima pauta. **Sr. Romano** assumiu a palavra dizendo que ao dar o seu informe sobre a

manifestação pediu que fosse incluído na próxima pauta a discussão sobre a Maternidade da Praça XV, pois entende como Conselheiro que já leu pelo e-mail enviado pela Secretaria. Prosseguiu informando o que foi pedido será levado a Comissão Executiva e que não citou o nome da Dra. Anamaria Schneider. **Sr. David Salvador** interveio com uma questão de ordem dizendo que os Conselheiros estão corretos em pedir um pauta para a próxima reunião. Disse que a Dra. Anamaria Schneider se colocou a disposição para prestar os esclarecimentos. Prosseguindo disse que os Conselheiros não querem a discussão deste assunto hoje e colocaremos na próxima pauta. Informou que se a Plenária decidir contra este ponto na pauta estará indo contra o próprio Regimento. **Sr. Ludugério Silva** assumiu a palavra dizendo que iria consultar a Plenária sobre a fala da Dra. Anamaria Schneider. Antes de prosseguir foi informado pelos demais membros da Mesa que não poderia abrir essa exceção pois a inscrição para os informes já havia sido encerrada e a Dra. Anamaria Schneider não havia se inscrito. Então informou que para o Presidente da Mesa não haveria problemas em ouvir os esclarecimentos da Dra. Anamaria Schneider mas se alguns Conselheiros propuseram em ouvir a sua fala e os demais membros do Colegiado não quisessem de acordo com o Regimento, que será colocada a proposta para o encerramento da reunião. Contudo, após essas colocações a Dra. Anamaria Schneider pede para falar. Portanto, daremos a palavra a **Dra. Anamaria Schneider** que iniciou sua fala dizendo que seu nome foi citado em uma fala e que gostaria de esclarecer que a gestão está aqui presente como sempre esteve. Que o próprio Secretário esteve presente e conduziu até o fim a última reunião. Prosseguiu informando que a nossa gestora veio aqui para ouvir e conversar mas foi dispensada pela Plenária de prestar os seus esclarecimentos. Informou ainda que mesmo estando como pauta na próxima reunião, foi impedida de prestar os esclarecimentos. **Dra. Anamaria Schneider** disse que o Conselho está se recusando a ouvir os esclarecimentos da gestão, finalizando sua fala e agradecendo ao Sr. Ludugério Silva. Prosseguindo o **Sr. Ludugério Silva** agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a ser informado foi encerrada a reunião cuja ata eu Wagner Ubiratan Candido Alves dou por lavrada e assino em conjunto com o Sr. Ludugério Antonio da Silva, como substituto do presidente deste Conselho Dr. Hans Fernando Rocha Dohmann.

Wagner Ubiratan Candido Alves

Ludugério Antonio da Silva